

Banrisul Icatu
Participações S.A.
e Controladas

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais consolidados	8
Demonstrações consolidadas dos resultados	10
Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes	11
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações individuais e consolidadas	14
Conselho de administração	45

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 14.159.197/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Banrisul Icatu Participações S.A. e controladas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes.

O faturamento (*) atingiu R\$ 769,4 milhões em 2018, o que representa um crescimento de 55,8% em relação ao ano anterior.

O resultado das operações de Seguros, Resseguros, Previdência apresentou crescimento de 34% em relação ao ano anterior, alcançando o valor de R\$ 254,7 Milhões.

As provisões de Previdência, considerando PGBL e VGBL, bateram a marca de R\$ 658,2 milhões, superior ao fechamento do ano anterior em 45%.

As provisões técnicas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A, são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores.

A Banrisul Icatu Participações S.A. e controladas apresentaram lucro líquido de R\$ 81,1 milhões no exercício de 2018, alcançando um aumento de 38,1% em relação ao ano anterior.

O patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 167,3 milhões em 2018, obtendo um acréscimo de 17,7 % em relação a 2017, oriundo principalmente do crescimento da Rio Grande Seguros e Previdência S.A.. A Banrisul Icatu Participações S.A. e controladas encerraram o exercício com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 129,4 Milhões.

Em 2018, uma nova parceria foi firmada entre os sócios Icatu Seguros e o Banco Banrisul para comercializar com exclusividade produtos de capitalização através dos canais de venda do banco, por um período de 20 anos. Esta parceria resultou na criação da empresa Rio Grande Capitalização S.A., uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A.. São mais de R\$ 600 milhões em reserva de capitalização oriundos das operações do Banrisul com a Icatu que serão transferidos para a nova companhia.

A Banrisul Icatu Participações S.A. e controladas possuem uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

A Companhia segue num esforço contínuo para ampliar a participação de suas controladas no mercado de seguros, previdência e capitalização.

A Banrisul Icatu Participações S.A. e controladas aproveitam a oportunidade para agradecer aos seus parceiros pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2019.

A Administração.

() Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas*



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Banrisul Icatu Participações S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como companhia e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Banrisul Icatu Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial individual e consolidado da Banrisul Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança e administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

		Companhia		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
ATIVO					
CIRCULANTE		9.951	19.928	1.013.554	735.089
DISPONÍVEL		6	26	26.949	15.552
Caixa e Bancos		6	26	3.672	3.266
Equivalente de Caixa	Nota 5	-	-	23.277	12.286
APLICAÇÕES	Nota 5	1.020	1.658	895.502	644.755
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	58.739	52.967
Prêmios a Receber	Nota 7	-	-	32.638	28.050
Operações com Seguradoras e Resseguradora	Nota 8	-	-	12.427	12.644
Outros Créditos Operacionais	Nota 3.7	-	-	13.674	12.273
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		-	-	51	46
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	Nota 15	-	-	1.293	1.554
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		8.925	18.244	921	489
Títulos e Créditos a Receber	Nota 9	8.801	18.135	620	248
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 10	124	109	301	241
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	Nota 15	-	-	30.099	19.725
Seguros		-	-	30.091	19.723
Previdência		-	-	8	2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		185.893	140.239	191.000	170.513
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		-	-	190.497	169.727
APLICAÇÕES	Nota 5	-	-	100.339	112.026
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	Nota 15	-	-	394	118
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		-	-	40.907	23.115
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 18	-	-	40.907	23.115
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	Nota 15	-	-	48.857	34.469
Seguros		-	-	48.786	34.455
Previdência		-	-	71	14
INVESTIMENTOS	Nota 3.8	185.893	140.239	222	336
IMOBILIZADO	Nota 3.9	-	-	175	276
INTANGÍVEL	Nota 3.10	-	-	106	174
TOTAL DO ATIVO		195.844	160.167	1.204.554	905.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

		Companhia		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
PASSIVO					
CIRCULANTE		28.564	18.001	386.321	311.457
CONTAS A PAGAR		28.564	18.001	53.735	36.077
Obrigações a Pagar	Nota 12	28.548	17.992	37.461	27.110
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		16	9	1.533	1.024
Impostos e Contribuições		-	-	14.615	7.855
Outras Contas a Pagar		-	-	126	88
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	28.398	30.856
Prêmios a Restituir		-	-	6	6
Operações com Seguradoras e Resseguradoras		-	-	3.967	4.219
Corretores de Seguros e Resseguros	Nota 16	-	-	24.144	26.261
Outros Débitos Operacionais		-	-	281	371
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		-	-	8	19
Outros Débitos Operacionais		-	-	8	19
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	Nota 17	-	-	2.908	2.452
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	Nota 13	-	-	285.553	229.513
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	Nota 14	-	-	15.719	12.540
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	650.953	451.979
CONTAS A PAGAR		-	-	43.437	24.120
Obrigações a Pagar		-	-	787	677
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 18	-	-	42.650	23.443
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	Nota 13	-	-	516.409	357.663
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	Nota 14	-	-	91.067	70.162
OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS	Nota 18	-	-	40	33
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 19	167.280	142.166	167.280	142.166
Capital Social		91.024	71.024	91.024	71.024
Reservas de Lucros		74.093	68.608	74.093	68.608
Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.163	2.534	2.163	2.534
TOTAL DO PASSIVO		195.844	160.167	1.204.554	905.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Companhia		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prêmios Emitidos	-	-	533.000	449.241
Contribuições para Cobertura de Riscos	-	-	688	158
Variação das Provisões Técnicas	-	-	(16.152)	(16.229)
Prêmios Ganhos	Nota 4.2.5	-	517.536	433.170
Receita com Emissão de Apólices	-	-	2.556	2.194
Sinistros Ocorridos	Nota 22	-	(87.600)	(100.700)
Custos de Aquisição	Nota 22	-	(168.125)	(133.985)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 22	-	(12.376)	(10.910)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	-	-	251.991	189.769
Resultado com operações de Resseguros	-	-	55	(174)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	-	-	228.188	41.160
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	-	-	(168.085)	(9.475)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	Nota 4.2.5	-	60.103	31.685
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	-	-	4.944	954
Variação de Outras Provisões Técnicas	-	-	(59.744)	(32.087)
Custo de Aquisição	-	-	(2.577)	(292)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	(63)	(37)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	-	-	2.663	223
Despesas Administrativas	Nota 22	(646)	(636)	(82.392)
Despesas com Tributos	Nota 22	(4)	(11)	(19.217)
Resultado Financeiro	Nota 22	83	142	19.924
Resultado Patrimonial	-	81.691	59.232	170
RESULTADO OPERACIONAL	-	81.124	58.727	108.140
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	-	-	(47)	121
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-	81.124	58.727	108.261
Imposto de Renda	Nota 23	-	(36.514)	(26.452)
Contribuição Social	Nota 23	-	(31.539)	(23.082)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Consolidado	-	81.124	58.727	81.124
Quantidade de Ações		88.777.773	68.877.773	88.777.773
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$		0,91	0,85	0,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banrisul Icatu Participações S.A e Controladas
CNPJ: 14.159.197/0001-10

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	Companhia		Consolidado
		2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	81.124	58.727	81.124	58.727
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	(371)	2.274	(371)	2.274
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO - Consolidado	80.753	61.001	80.753	61.001

Barrisul Icatu Participações S.A e Controladas
CNPJ: 14.159.197/0001-10

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS					LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	71.024	3.518	34.257	-	260	-	109.059
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo.....	-	-	-	-	2.274	-	2.274
Dividendos Intermediários Pagos AGE de 10/2017.....	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	58.727	58.727
Destinação do Lucro Líquido:							
Constituição Reserva Legal.....	-	2.936	-	-	-	(2.936)	-
Constituição Reserva Estatutária.....	-	-	20.792	-	-	(20.792)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios.....	-	-	-	-	-	(17.894)	(17.894)
Dividendo Adicional Proposto.....	-	-	-	17.105	-	(17.105)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	71.024	6.454	45.049	17.105	2.534	-	142.166
Dividendos Declarados e Pagos	-	-	-	(17.105)	-	-	(17.105)
Aumento de capital.....	20.000	-	(20.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(371)	-	(371)
Dividendos Intermediários declarado e pago AGE de 08/2018.....	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	81.124	81.124
Destinação do Lucro Líquido:							
Constituição Reserva Legal.....	-	4.056	-	-	-	(4.056)	-
Constituição Reserva Estatutária.....	-	-	43.068	-	-	(43.068)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios.....	-	-	-	-	-	(28.534)	(28.534)
Dividendo Adicional Proposto.....	-	-	-	5.466	-	(5.466)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	91.024	10.510	58.117	5.466	2.163	-	167.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banrisul Icatu Participações S.A e Controladas
CNPJ: 14.159.197/0001-10

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	81.124	58.727	81.124	58.727
Ajustes para:				
Depreciação e amortizações	-	-	261	22
Resultado de equivalência patrimonial	(81.691)	(59.232)	(171)	(7)
Ganho (perda) na alienação de imobilizado intangível	-	-	51	(120)
Variação de impostos sobre lucro	-	-	10.116	15.092
Variação das Provisões Técnicas Seguros	-	-	128.696	366.548
Variação das Provisões Técnicas Previdência	-	-	12.169	69.810
Varição nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	267	739	(239.443)	(511.132)
Débitos/Créditos das operações de seguros e resseguros	-	-	(6.829)	(5.406)
Ativos de resseguro	-	-	261	(817)
Créditos fiscais e previdenciários	(14)	(27)	333	7.054
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	(17.793)	(13.431)
Custos de aquisição diferidos	-	-	(25.037)	(25.849)
Outros ativos	370	(2.274)	(1.259)	496
Impostos e contribuições	7	(2)	54.845	25.699
Outras contas a pagar	(83)	(158)	18.590	12.775
Provisões técnicas - seguros e resseguros	-	-	86.090	75.387
Provisões técnicas - Previdência	-	-	11.914	1.943
Depósitos de terceiros	-	-	456	936
Provisões Judiciais	-	-	6	6
Outros passivos	-	169	-	(785)
Caixa Gerado/ Consumido pelas Operações	(20)	(2.058)	114.380	76.948
Imposto sobre os lucros pagos	-	-	(57.937)	(34.442)
Caixa Líquido Gerado/ Consumido nas Atividades Operacionais	(20)	(2.058)	56.443	42.506
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamento pela Aquisição de Investimentos	(20.000)	-	-	-
Recebimento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	65.000	30.096	-	-
Recebimento pela venda imobilizado e intangível	-	-	129	-
Pagamento pela aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(186)	(123)
Caixa Líquido Gerado/ Consumido nas Atividades de Investimento	45.000	30.096	(57)	(123)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(45.000)	(28.064)	(45.000)	(28.064)
Caixa Líquido Gerado/ Consumido nas Atividades de Financiamento	(45.000)	(28.064)	(45.000)	(28.064)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(20)	(26)	11.386	14.319
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26	52	15.563	1.233
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	26	26.949	15.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Notas explicativas às demonstrações individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Banrisul Icatu Participações S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163 - 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Seu objetivo é participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia, por intermédio de entidades controladas está autorizada, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, planos de capitalização, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia é uma controlada direta da Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”) e em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda. e tem como sócio o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conforme composição acionária abaixo:

<u>Composição Acionária</u>	<u>Percentual de ações</u>
	<u>ON</u>
Icatu Seguros S.A.....	50,01%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul.....	49,99%
Total.....	100,00%

Nessas Demonstrações individuais e consolidadas (“Demonstrações”), a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Consolidado” é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A, pela suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados “Fundos Exclusivos”.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações individuais e consolidadas

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

Base de preparação

As Demonstrações Financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Lei 11.638/07 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil”. As

Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com o padrão contábil internacional (*International Financial Reporting Standards-IFRS*) estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de Agosto de 2019.

Base de mensuração

Os valores contidos nas Demonstrações são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Recebíveis.

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia dos fundos exclusivos e suas controladas.

Uso de estimativas

A elaboração das Demonstrações requer que a Administração use julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros (nota 4.2.1.3 e 5.3); (ii) redução ao valor recuperável de recebíveis (nota 3.2c); (iii) provisões técnicas PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR, PET e PCC (nota 3.5, 13 e 14); (iv) créditos tributários e previdenciários (nota 10); e (v) provisões judiciais (notas 3.12 e 18); (vi) diferimento dos custos de aquisição para previdência complementar (nota 3.4). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

Base de consolidação

O Conjunto de práticas contábeis, procedimentos, gestão de riscos e controles internos foram adotadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As Demonstrações incluem as informações da Companhia, das controladas diretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., todas com o investimento de 100% do capital.

A Rio Grande Capitalização S.A que em 2017 era uma controlada integral da Icatu Seguros S.A, foi transferida em agosto de 2018, mediante contrato de compra e venda de ações para a Banrisul Icatu Participações S.A pelo valor nominal das ações no montante de R\$ 20.000.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Consolidação

As principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das Demonstrações, estão descritas a seguir:

- (a) Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas e fundos controlados incluídos na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas e fundos;
- (b) Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação.
- (c) Consolidação dos fundos de investimentos exclusivos;
- (d) A Consolidação das Demonstrações não apresentou diferenças no Patrimônio Líquido e Resultados relativos a IFRS e CPC comparado com as individuais.

3.2 Instrumentos financeiros

a. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente pela sociedade ou através de cotas de fundos de investimentos exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

b. Instrumentos Financeiros não derivativos

Ativos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos. A Administração determina a classificação na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço.

A Companhia classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC no 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- (i) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição,

acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado;

- (ii) **Disponíveis para venda** – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “títulos mantidos até o vencimento” e “empréstimos e recebíveis”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de contrato. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; e
- (iii) **Empréstimos e recebíveis** – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Redução ao Valor Recuperável

- (i) **Ativos Financeiros** - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para todos os ramos operados, sendo constituída provisão de 100% para os clientes com faturas vencidas há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor, conforme circular SUSEP nº 517/15 e alterações.
- (ii) **Ativos não Financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos negociados na B3 e em mercado de balcão organizado, reconhecidos ao valor justo, que têm como objetivo principal proteger os ativos e passivos da Companhia dos riscos de mercado (nota 6).

3.3 Contratos de seguro

Define-se como contrato de seguro um contrato em que o emissor aceita em risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A Companhia realizou à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no “CPC 11 - contrato de seguro”.

3.4 Custos de aquisição diferidos

Nas operações de seguros, compreendem o diferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o diferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco (nota 13).

Nas operações de previdência complementar, compreendem o diferimento do comissionamento pelo prazo médio calculado atuarialmente, com base na persistência da carteira (nota 14).

3.5 Provisões técnicas

São constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e de acordo com as características dos respectivos planos, exceto para o ramo DPVAT cujos valores são provenientes da Seguradora Líder.

No passivo foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguros. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo/passivo não circulante (notas 13 e 14).

Provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL (nota 14).

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

Provisão de sinistros a liquidar

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente.

Provisão de sinistros/eventos ocorridos e não avisados

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações. A metodologia de cálculo utilizada é a sinistralidade esperada, apurada através do triângulo de *run-off*, que é um método estatístico-atuarial que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. Para a base de estudo utilizou-se a experiência de sinistros observados e prêmio ganho da carteira, incluindo a parcela cossegurada, dado que a experiência da carteira é conhecida pela seguradora líder. O cálculo é pautado na expectativa de sinistros deduzida dos sinistros realizados.

Provisão de Prêmios não Ganhos

Provisão constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações.

Provisão de Despesas Relacionadas

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios.

Provisão de Excedente Técnico

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

Provisão Complementar de Cobertura

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

3.6 Teste de Adequação de Passivos

A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

Para os produtos de Previdência, referente aos benefícios já concedidos, o resultado do teste de adequação de passivos apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro, nos planos de cobertura por invalidez, no valor de R\$ 370(R\$ 521 em 31/12/2017), resultando na constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC).

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Estimativas correntes dos fluxos de caixa	5.821	5.116
Provisões Técnicas na data base	(5.451)	(4.595)
Resultado do TAP	<u>370</u>	<u>521</u>

3.7 Outros créditos operacionais

Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo, nas rubricas “Comissões a Pagar” e “Provisões Técnicas”.

3.8 Investimentos

As participações acionárias em controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do exercício sob a rubrica “Resultado Patrimonial”. A Companhia, por intermédio de suas controladas, tem participação em ações no capital da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”), que é contabilizada ao custo de aquisição.

3.9 Imobilizado

O imobilizado está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado.

3.10 Intangível

O intangível é composto pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. A amortização é calculada pelo método linear e realizada a partir da data de uso do Ativo. A vida útil é de cinco anos.

3.11 Resultado

Os prêmios de seguros e cosseguros, suas comissões, despesas administrativas e operacionais são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas, ou à vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas.

As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.

As operações DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) na proporção do percentual de participação como consorciada. Os resultados mensais são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração, conforme definido em instrumentos do consórcio.

As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício.

3.12 Provisões judiciais e obrigações fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Tal critério encontra-se baseado na experiência de pagamentos das ações judiciais ao longo dos últimos 5 (cinco) anos. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. (nota 18).

As obrigações fiscais em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Arbitrado após instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR + 0,5%(mensal) para os depósitos judiciais cíveis.

3.13 Imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido

A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%.

A provisão para os impostos diferidos é constituída mediante aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo dos impostos correntes, valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

Com o fim da vigência da Lei Nº 13.169 em 31/12/2018, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2019.

A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

3.14 Novas Normas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares: (i) classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (iii) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações está em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP.

IFRS 16 / CPC 06 R2 – Arrendamentos

O pronunciamento substitui a IAS 17 – Arrendamentos – e suas interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma é voltada para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. A Companhia fez o levantamento de todos os contratos de aluguel vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de identificar se esses contratos possuem características de arrendamentos e com base nisso, mensurar os impactos contábeis no reconhecimento inicial. A avaliação dos impactos está em andamento, porém, com base nas características dos contratos existentes, a Companhia espera que os impactos decorrentes da adoção da norma não sejam significativos.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro.

O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das Demonstrações. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação e não o custo histórico.

A Companhia iniciou a preparação para a implementação dessa nova norma através da realização de diagnóstico cujo resultado abrangerá as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse diagnóstico serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4 Gestão de risco

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os quesitos de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia e suas controladas.

4.1 Sistema de controles internos

A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia e de suas controladas.

4.2 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.2.1 Principais riscos associados a instrumentos financeiros

4.2.1.1 Risco de crédito

Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras.

Para os fundos de investimento atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume destas aplicações é de R\$ 649.207 (R\$ 445.973 em 31/12/2017).

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia e de suas controladas. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em escala nacional, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em Reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 202.659 (R\$ 219.201 em 31/12/2017). O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 56.578 (R\$ 27.646 em 31/12/2017).

A companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundos de investimento exclusivos.

Quotas de fundos de investimento não exclusivos R\$ 110.725 (R\$ 76.299.338 em 31/12/2017).

4.2.1.2 Risco de mercado

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

Os riscos associados a essas estratégias são mensurados por meio do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (i) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e λ de 0,94.

DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1(um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.

Consolidado

Fatores de Riscos (Em Reais)	31/12/2018			31/12/2017		
	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	81	248	715.448	75	187	631.597
IPCA	147	566	303.670	48	144	137.470
Total	255	790	1.019.118	122	299	769.067

4.2.1.3 Risco de liquidez

No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia e de suas controladas.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de seguros e de previdência, detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018*

Consolidado

31/12/2018						
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	271.079	65.561	8.618	270.349	467.660	1.083.267
Caixa e Bancos.....	3.672	-	-	-	-	3.672
Equivalente de Caixa.....	23.277	-	-	-	-	23.277
Aplicações.....	184.955	65.208	8.337	269.982	467.359	995.841
Créditos das Operações	58.790	-	-	-	-	58.790
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas.....	385	353	281	367	301	1.687
Passivos	304.246	74.906	101.338	299.589	254.247	1.034.326
Contas a pagar.....	97.172	-	-	-	-	97.172
Provisões Técnicas.....	178.668	74.906	101.338	299.589	254.247	908.748
Débitos das operações	28.406	-	-	-	-	28.406
31/12/2017						
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	217.414	630	25.794	276.101	304.170	827.018
Caixa e Bancos.....	3.266	-	-	-	-	3.266
Equivalente de Caixa.....	12.286	-	-	-	-	12.286
Aplicações.....	148.410	3.075	25.454	275.788	304.055	756.781
Créditos das Operações	53.013	-	-	-	-	53.013
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas.....	439	465	340	313	115	1.672
Passivos	230.850	49.862	118.729	144.115	218.441	761.997
Contas a pagar.....	61.244	-	-	-	-	61.244
Provisões Técnicas.....	138.731	49.862	118.729	144.115	218.441	669.878
Débitos das operações	30.875	-	-	-	-	30.875

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018

O saldo das aplicações financeiras no exercício é composto por quotas de fundos de investimentos não exclusivos no valor de R\$ 110.725 (R\$ 76.299 em 31/12/2017) e quotas de fundos de investimento exclusivos, sendo o último composto como segue:

	31/12/2018					31/12/2017						
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ações de Cias Abertas.....	25	-	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário.....	6.346	-	4.837	-	-	11.183	5	1	12	9	-	27
Debêntures de Distribuição Pública.....	-	21	1.802	3.572	58.625	64.020	1	7	9	70	51	138
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	101	114.127	39.574	153.802	17	133	-	210.325	-	210.475
Letras Financeiras do Tesouro.....	18	-	-	59.575	144.005	203.598	10	-	-	25.304	128.036	153.350
Notas do Tesouro Nacional.....	-	10	-	22	163.386	163.418	-	-	-	-	103.932	103.932
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios.....	10.298	-	-	-	-	10.298	20	-	-	-	-	20
Operações Compromissadas.....	105.128	-	-	-	-	105.128	88.514	-	-	-	-	88.514
Letras Financeiras.....	4	27.155	1.586	30.354	16.968	76.067	8	28	17	66	10	129
Depósitos a Prazo com Garantia Especial.....	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	3
Nota Promissória.....	-	-	-	-	6.791	6.791	-	-	-	-	13	13
Outras Aplicações.....	(1.601)	8	11	-	-	(1.582)	(1.269)	(5)	-	-	-	(1.274)
Circulante - Valor justo por meio de resultado	120.218	27.194	8.337	207.650	429.349	792.748	87.307	165	39	235.774	232.042	555.327
Notas do Tesouro Nacional.....	-	35.386	-	-	-	35.386	-	-	25.415	-	-	25.415
Circulante - Disponíveis para venda	-	35.386	-	-	-	35.386	-	-	25.415	-	-	25.415
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	55.434	24.825	80.259	-	-	-	40.014	72.012	112.026
Não Circulante - Disponíveis para venda	-	-	-	55.434	24.825	80.259	-	-	-	40.014	72.012	112.026
Total Exclusivos	120.218	62.580	8.337	263.084	454.174	908.393	87.307	165	25.454	275.788	304.054	692.768

4.2.2 Principais riscos associados a resseguro

A investida Rio Grande Seguros e Previdência possui contrato de resseguro automático da carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como produtos de risco de previdência. O contrato é administrado por um grupo de resseguradores conforme exposto abaixo:

Ressegurador	Tipo	Participação		Rating
		Excesso de Danos por Vida	Excesso de Danos por Catástrofe	
SCOR.....	Local	50%	50%	BBB pela Standard & Poor's
Swiss Re.....	Local	30%	0%	AA- pela Standard & Poor's
Hannover.....	Admitida	15%	20%	AA- pela Standard & Poor's
RGA.....	Admitida	5%	0%	AA- pela Standard & Poor's
Terra Brasis.....	Local	0%	10%	AA+ pela Standard & Poor's
Austral Re.....	Local	0%	20%	brAAA pela Standard & Poor's

O contrato atual é não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos. A retenção da Companhia é por segurado, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz maior segurança na administração da carteira de apólices.

4.2.3 Risco operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

A identificação dos riscos operacionais é realizada através dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação, caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorridos na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer controles para garantir que os processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais.

Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados.

4.2.4 Risco de Subscrição

É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de Subscrição de Riscos da Companhia e de suas controladas tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco ou resseguros.

4.2.5 *Risco por região e ramo – seguros e previdência complementar*

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL / VGBL do consolidado no exercício:

	31/12/2018							
	Sudeste		Sul		Demais regiões		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	71.643	37%	121.831	63%	-	0%	193.474	37%
Prestamista.....	15.520	7%	219.717	93%	-	0%	235.237	46%
DPVAT.....	10.177	46%	4.223	19%	7.611	35%	22.011	4%
Acidentes Pessoais.....	24.679	41%	36.182	59%	-	0%	60.861	12%
Outros.....	(1.095)	-18%	7.048	118%	-	0%	5.953	1%
Total.....	120.924	23%	389.001	75%	7.611	2%	517.536	100%
Previdência.....	-	0%	60.103	100%	-	0%	60.103	100%
Total de Previdência.....	-	0%	60.103	100%	-	0%	60.103	100%

	31/12/2017							
	Sudeste		Sul		Demais regiões		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	128.665	77%	37.551	23%	-	0%	166.216	39%
Prestamista.....	86.594	45%	106.057	55%	-	0%	192.651	43%
DPVAT.....	11.629	47%	4.791	20%	8.268	33%	24.688	8%
Acidentes Pessoais.....	32.185	68%	14.977	32%	-	0%	47.162	10%
Outros.....	1.615	66%	838	34%	-	0%	2.453	0%
Total.....	260.688	60%	164.214	38%	8.268	2%	433.170	100%
Previdência.....	-	0%	31.685	100%	-	0%	31.685	100%
Total de Previdência.....	-	0%	31.685	100%	-	0%	31.685	100%

5 Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações em fundos não exclusivos de R\$ 1.020 (R\$ 1.658 em 31/12/2017).

No consolidado, a composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os Investimentos Financeiros classificados como Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 23.276 em 31/12/2018 (R\$ 12.286 em 31/12/2017).

5.1 Composição das aplicações financeiras

Consolidado

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor Contábil/Mercado	%	Rentabilidade	Valor Contábil/Mercado	%	Rentabilidade
Quotas de Fundos de Investimento - Não Excluídos (I).....	110.725	9,61%		76.299	11,22%	
Quotas de Fundos de Investimento - Excluídos (II).....	792.748	86,53%		555.327	84,90%	
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL).....	649.207	-		445.973	-	
Letras Financeiras do Tesouro.....	87.014	-	SELIC	81.760	-	SELIC
Operações Compromissadas.....	56.578	-	SELIC	27.646	-	SELIC
Outros.....	(51)	-		(52)	-	
Categoria I - Valor justo por meio de resultado (IV) = (I)+(II)+(III)	903.473	96,14%		631.626	96,11%	
Quotas de Fundos de Investimento - Excluídos (V).....	35.386	3,86%		25.415	3,89%	
Notas do Tesouro Nacional - IPCA - Menor que 1 ano.....	35.386	-	IPCA + 5,74%	25.415	-	IPCA + 5,95%
Categoria II - Disponíveis para venda (VIII)	35.386	3,86%		25.415	3,89%	
Total no Circulante (IX)=(VII)+(VIII)	938.859	100,00%		657.041	100,00%	
Quotas de Fundos de Investimento - Excluídos (X).....	80.259	100,00%		112.026	100,00%	
Notas do Tesouro Nacional - IPCA - Maior que 1 ano.....	80.259	-	IPCA + 5,51%	112.026	-	IPCA + 5,58%
Categoria II - Disponíveis para venda (XI) = (X)	80.259	100,00%		112.026	100,00%	
Total no Não Circulante (XIV) = (XI)+XII+XIII)	80.259	100,00%		112.026	100,00%	
Total Geral.....	1.019.118			769.067		

Em 31/12/2018, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, monta R\$ 112.039 (R\$ 133.184 em 31/12/2017) e os ganhos e perdas não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 3.606 (R\$ 4.258 de ganho em 31/12/2017) no consolidado.

As quotas de fundos de investimento estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

5.2 Movimentação das aplicações por categorias

Consolidado

	Valor Justo por meio do Resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2016	158.012	84.112	242.124
Aplicações.....	703.802	46.556	750.358
Resgates.....	(252.097)	(6.023)	(258.120)
Rentabilidade.....	21.909	8.973	30.882
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários.	-	3.823	3.823
Saldo em 31/12/2017	631.626	137.441	769.067
Aplicações.....	624.120	-	624.120
Resgates.....	(393.208)	(33.121)	(426.329)
Rentabilidade.....	40.936	11.977	52.913
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários.	-	(652)	(652)
Saldo em 31/12/2018	903.473	115.645	1.019.118

5.3 Critérios adotados na determinação do valor justo

Consolidado

	31/12/2018	31/12/2017
Nível 1		
Ações de Cias Abertas.....	25	-
Letras Financeiras do Tesouro	203.598	153.350
Notas do Tesouro Nacional	163.418	103.932
Letras do Tesouro Nacional	153.802	210.444
Debêntures de Distribuição Pública.....	37.162	105
Operações Compromissadas.....	105.128	431
Nível 2		
Letras do Tesouro Nacional	-	31
Operações Compromissadas.....	-	88.083
Letras Financeiras.....	76.067	129
Certificados de Depósito Bancário.....	11.183	27
Debêntures de Distribuição Pública.....	26.858	33
Depósitos a Prazo com Garantia Especial.....	-	3
Fundos de Investimento Não Exclusivos.....	110.725	76.299
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios.....	10.298	20
Notas Promissórias.....	6.791	13
Opções	28	0
Outras Aplicações.....	(1.610)	(1.274)
Total (I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	903.473	631.626
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional	115.645	137.441
Total (II) Títulos disponíveis para venda	115.645	137.441
Total (I+II)	1.019.118	769.067

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

6 Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem no resultado da companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da companhia.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, as investidas possuíam os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e *swap* contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2018						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DAP	Comprado	2019		DI x IPCA	-	<i>Hedge Índice</i>
DAP	Vendido	2019		DI x IPCA	195	<i>Hedge Índice</i>
DAP	Vendido	2020		DI x IPCA	-	<i>Hedge Índice</i>
DAP	Vendido	2021		DI x IPCA	-	<i>Hedge Índice</i>
DAP	Vendido	2022		DI x IPCA	1.120	<i>Hedge Índice</i>
DAP	Vendido	2023		DI x IPCA	-	<i>Hedge Índice</i>
DI1	Vendido	2019		CDI	1	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Vendido	2020		CDI	1.262	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Comprado	2021		CDI	-	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Vendido	2022		CDI	661	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Comprado	2023		CDI	73	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Comprado	2025		CDI	-	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
31/12/2017						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DAP	Vendido	2019		DI x IPCA	-	<i>Hedge Índice</i>
DAP	Vendido	2021		DI x IPCA	-	<i>Hedge Índice</i>
DAP	Vendido	2022		DI x IPCA	-	<i>Hedge Índice</i>
DAP	Vendido	2023		DI x IPCA	-	<i>Hedge Índice</i>
DI1	Vendido	2018		CDI	-	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Vendido	2018		CDI	1	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Vendido	2019		CDI	-	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Vendido	2019		CDI	1	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Vendido	2020		CDI	2.451	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Vendido	2020		CDI	3	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>
DI1	Vendido	2027		CDI	1.705	<i>Hedge Taxa pré fixada</i>

7 Prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrada no consolidado conforme abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prestamista.....	19.063	16.738
Acidentes Pessoais Coletivo.....	4.345	3.577
Vida em Grupo.....	9.065	7.678
Outros.....	181	63
Total de Prêmios a Receber	32.654	28.056
Provisão para Redução ao Valor Recuperável..	(16)	(6)
Total	<u>32.638</u>	<u>28.050</u>

A movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável compõem-se como segue no consolidado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial	28.050	16.197
(+) Prêmios Emitidos.....	542.795	452.549
(-) Prêmios Cancelados.....	(10.055)	(3.447)
(-) Recebimentos.....	(528.136)	(437.243)
Prêmios a Receber	32.654	28.056
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(16)	(6)
Saldo Final	<u>32.638</u>	<u>28.050</u>

Os prêmios a receber por vencimento e a provisão para redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma, considerando seus vencimentos contratuais no consolidado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer		
De 1 até 30 dias.....	32.608	27.932
Vencidos		
1 até 30 dias.....	34	114
31 até 60 dias.....	3	8
61 a 120 dias.....	4	2
Acima de 121 dias.....	5	-
Total de Prêmios a Receber	32.654	28.056
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(16)	(6)
Total	<u>32.638</u>	<u>28.050</u>

8 Operações com seguradoras

As operações com seguradoras são compostas da seguinte forma no consolidado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cosseguro Aceito.....	<u>12.427</u>	<u>12.644</u>

9 Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber das demonstrações financeiras individuais são compostos por: Dividendos de R\$ 8.801 (R\$ 18.135 em 31/12/2017) e créditos tributários de IR Retido de terceiros R\$ 124 (R\$ 109 em 31/12/2017).

10 Créditos e débitos tributários e previdenciários

Os créditos tributários são compostos da seguinte forma no consolidado:

Impostos a Recuperar	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de Renda.....	278	228
Demais Impostos.....	23	13
Total Circulante	<u>301</u>	<u>241</u>

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia e de suas controladas são compensados de acordo com o CPC 32, apresentado no balanço patrimonial no valor de R\$ 787 (R\$ 677 em 31/12/2017), sendo ativo diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 655 (R\$ 1.047 em 31/12/2017) e passivo diferido no valor de R\$ 1.442 (R\$ 1.723 em 31/12/2017).

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias da Companhia e de suas controladas estão classificados no ativo não circulante, sendo compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização monetária de depósitos judiciais e provisão de Fundo de Marketing.

Imposto de Renda/Contribuição Social	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão p/ Contingências Fiscais	40	33
Outras Provisões	462	312
Fundo de Marketing	1.134	1.449
Atualização Depósito Judicial	(5.391)	(3.353)
COFINS Exigibilidade Suspensa	4.639	3.437
PIS Exigibilidade Suspensa	754	559
Total das Provisões temporárias	<u>1.638</u>	<u>2.437</u>
Alíquota aplicada - IRPJ- 25%	<u>409</u>	<u>609</u>
Alíquota aplicada - CSLL - 15% e 20%	<u>246</u>	<u>438</u>
	<u>655</u>	<u>1.047</u>

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia suas controladas realizaram estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa.

Diferenças Temporárias - 2018 a 2023			Diferenças Temporárias - 2024 a 2028		
2018(*)	1.714	0%	2024	66	10%
2019	66	10%	2025	66	10%
2020	66	10%	2026	65	10%
2021	65	10%	2027	65	10%
2022	65	10%	2028	65	10%
2023	66	10%	Total	327	50%
Total	328	50%	Totaliza dor	655	100%

(*) 2018 não compõem o total de Diferenças Temporárias

11 Investimentos

Os saldos de investimentos da Companhia estão compostos conforme segue:

Investimentos	Quantidade de Ações ON	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
						31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.....	2.091	100,00%	72.189	165.809	81.535	165.809	140.239	81.535	59.232
Rio Grande Capitalização S.A.....	20.000.000	100,00%	20.000	20.084	157	20.084	-	157	-
Total de Investimentos						185.893	140.239	81.691	59.232

12 Obrigações a pagar

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações. O montante registrado nas obrigações a pagar da Companhia é composto por dividendos a pagar de R\$28.548 (R\$ 17.894 em 31/12/2017). Os saldos consolidados são compostos da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores.....	234	217
Dividendos a Pagar.....	28.534	17.894
Pagamentos a realizar	457	1.246
Provisão Fundo de Marketing.....	1.135	1.450
Prestação de Serviços Compartilhados.....	5.346	3.925
Outras Contas a Pagar.....	1.755	2.378
Total	37.461	27.110

13 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – seguros

As Provisões Técnicas estão classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e são compostas da seguinte forma:

Provisões Técnicas	31/12/2018			31/12/2017		
	Pessoas (*)	Sobrevivência	Total	Pessoas (*)	Sobrevivência	Total
Circulante						
Prêmios não Ganhos.....	22.420	-	22.420	17.142	-	17.142
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	13.706	-	13.706	10.590	-	10.590
Sinistros a Liquidar	50.068	-	50.068	46.284	-	46.284
Excedente Técnico.....	32	-	32	51	-	51
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	117.742	-	117.742	100.357	-	100.357
Benefícios a Conceder.....	-	78.497	78.497	-	52.825	52.825
Benefícios Concedidos.....	-	48	48	-	-	-
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar.....	-	2.490	2.490	-	1.745	1.745
Provisão para Despesas Relacionadas.....	550	-	550	519	-	519
	204.518	81.035	285.553	174.943	54.570	229.513
Não Circulante						
Prêmios não Ganhos.....	26.409	-	26.409	18.684	-	18.684
Sinistros a Liquidar	3.243	-	3.243	3.092	-	3.092
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	16.282	-	16.282	19.275	-	19.275
Benefícios a Conceder.....	-	470.430	470.430	-	316.579	316.579
Provisão para Despesas Relacionadas.....	45	-	45	34	-	34
	45.979	470.430	516.409	41.085	316.579	357.664

(*) com DPVAT

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros *	SalDOS em				Atualização Monetária	SalDOS em				
	31/12/2016	Transf. Carteira	Constituições	Reversões		31/12/2017	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2018
Prêmios não Ganhos	25.636	-	19.341	(9.151)	-	35.826	28.300	(15.297)	-	48.829
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	4.602	-	11.160	(5.172)	-	10.590	8.833	(5.717)	-	13.706
Benefícios a Conceder.....	-	360.323	45.578	(40.727)	4.229	369.403	215.767	(60.011)	23.768	548.927
Benefícios Concedidos.....	-	-	-	-	-	-	79	(33)	2	48
Sinistro a Liquidar.....	47.510	-	26.671	(26.248)	1.444	49.377	136.457	(133.607)	1.084	53.311
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	77.798	-	69.222	(33.052)	5.664	119.632	83.719	(74.048)	4.721	134.024
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	844	3.824	(2.923)	-	1.745	15.826	(15.081)	-	2.490
Excedente Técnico.....	84	-	30	(63)	-	51	33	(52)	-	32
Provisão de Despesas Relacionadas.....	561	-	510	(567)	49	553	1.249	(1.245)	38	595
	156.191	361.167	176.336	(117.903)	11.386	587.177	490.263	(305.091)	29.613	801.962

(*) com DPVAT

Custos de Aquisição Diferidos	SalDOS em			SalDOS em		
	31/12/2016	Constituições	Reversões	31/12/2017	Constituições	Reversões
	28.398	25.922	(142)	54.178	25.240	(541)
						78.877

O desenvolvimento de sinistros a liquidar de seguros e previdência está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro				Total
	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.261	222.304
1 ano após o aviso	7.399	52.810	58.387	-	118.596
2 anos após o aviso	6.624	47.601	-	-	54.225
3 anos após o aviso	6.511	-	-	-	6.511
Estimativa na data base (2018) [a]	6.511	47.601	58.387	76.261	188.760
Pagamentos efetuados [b]	6.409	45.584	53.542	39.391	144.926
Sinistros pendentes [c] = [a] - [b]	102	2.017	4.845	36.870	43.834
Valor de Sinistros Pendentes					43.834
Sinistros a Liquidar DPVAT					9.523
Sinistros a Liquidar Total					53.357

Análise de Sensibilidade – Seguros

A premissa no teste de sensibilidade foi apurada com base na experiência observada e o percentual de 5% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações analisadas.

<u>Coberturas de Risco:</u>		<u>Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido</u>			
		31/12/2018		31/12/2017	
VARIAVEL	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% de Sinistralidade	4.295	4.256	3.804	3.753
Sinistralidade	Redução de 5% de Sinistralidade	(4.295)	(4.256)	(3.804)	(3.753)

14 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As Provisões Técnicas de Previdência Complementar estão classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e são compostas da seguinte forma:

<u>Provisões Técnicas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Prêmios não Ganhos	64	57
Benefícios a Conceder.....	14.340	10.949
Benefícios Concedidos.....	617	525
Sinistro a Liquidar.....	46	333
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	226	203
Provisão de Despesas Relacionadas.....	1	1
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	385	414
Provisão Complementar de Cobertura.....	41	58
	<u>15.720</u>	<u>12.540</u>
<u>Não Circulante</u>		
Benefícios a Conceder.....	85.940	65.620
Benefícios Concedidos.....	4.786	4.070
Provisão de Despesas Relacionadas.....	11	8
Provisão Complementar de Cobertura.....	329	464
	<u>91.066</u>	<u>70.162</u>

As movimentações das Provisões Técnicas e dos Custos de Aquisição Diferidos de Previdência estão demonstradas a seguir:

<u>Provisões Técnicas - Previdência</u>	<u>Transf. Carteira</u>	<u>Constituições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização Saldos em</u>		<u>Atualização Saldos em</u>			
				<u>Monetária</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Monetária</u>	<u>31/12/2018</u>		
Prêmios não Ganhos	41	79	(63)	-	57	16	(9)	-	64
Prêmios não Ganhos - RVNE	1	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Benefícios a Conceder.....	71.440	9.208	(4.886)	807	76.569	31.952	(12.323)	4.081	100.279
Benefícios Concedidos.....	4.557	15	(46)	69	4.595	709	(581)	680	5.403
Sinistro a Liquidar.....	36	289	-	8	333	700	(991)	4	46
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	148	293	(238)	-	203	137	(114)	-	226
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	177	675	(437)	-	415	3.906	(3.935)	-	386
Provisão de Despesas Relacionadas.....	6	3	-	-	9	5	(2)	-	12
Provisão Complementar de Cobertura.....	-	521	-	-	521	421	(572)	-	370
	<u>76.406</u>	<u>11.083</u>	<u>(5.671)</u>	<u>884</u>	<u>82.702</u>	<u>37.846</u>	<u>(18.527)</u>	<u>4.765</u>	<u>106.786</u>

<u>Custos de Aquisição Diferidos</u>	<u>Saldos em</u>		<u>Saldos em</u>			
	<u>Constituições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Constituições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>66</u>	<u>(3)</u>	<u>79</u>

Análise de Sensibilidade – Previdência

Os testes de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Taxa de juros (1% a.a. ETTJ), Desistência (10%), Longevidade (10%), Conversão de Renda (5%) em 31/12/2018.

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência/cancelamento o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos um *stress* de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativo frente médias do mercado.

Nas premissas Desistência e Conversão de Renda o impacto foi nulo, as demais premissas não indicam impacto significativo no resultado e patrimônio líquido, conforme quadro abaixo:

<u>Coberturas de Acumulação/Sobrevivência:</u>		<u>Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido</u>	
		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
VARIAVEL	Premissas	Bruto/Líquido de Resseguro	Bruto/Líquido de Resseguro
Taxa de Juros	Redução de 1%aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	464	407
Taxa de Juros	Aumento de 1%aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(367)	(354)
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	237	206
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	(215)	(188)

15 Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	908.748	669.879
Exclusão:		
Custos de Aquisição Diferidos (redutores) {a}.....	(17.860)	(12.394)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores) {b}.....	(1.174)	(1.103)
Necessidade de Cobertura.....	889.714	656.382
<u>Ativos Oferecidos em Garantia</u>		
Quotas de Fundo de Investimento - Exclusivo	885.117	680.482
Quotas de Fundo de Investimento - Não Exclusivo	110.725	76.299
<u>Total de Ativos Vinculados</u>	995.842	756.781
Quotas de Fundo de Investimento - Exclusivo	23.276	12.286
<u>Equivalente de caixa</u>	23.276	12.286
Total de Aplicações	1.019.118	769.067
<u>Valor Excedente de Ativos Vinculados à Cobertura</u>	129.404	112.685

- (a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 30.099 e Não Circulante R\$ 48.857 total R\$ 78.956 sendo redutores R\$17.860 e não redutores R\$ 61.096
- (b) Provisões Técnicas – Resseguros: Circulante R\$ 1.293 e Não Circulante R\$ 394 total R\$ 1.687 sendo redutores R\$ 1.174 e não redutores R\$ 513

16 Corretores de seguros

São comissões sobre prêmios de seguros diretos e cosseguro aceito e são compostas como segue no consolidado:

	31/12/2018	31/12/2017
Prestamistas.....	12.749	14.310
Vida em Grupo.....	8.453	9.177
Acidentes Pessoais...	2.781	2.725
Demais Ramos	161	49
Total	24.144	26.261

17 Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros que constam no consolidado, referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
1 até 30 dias.....	1.933	2.029
31 até 60 dias.....	70	83
61 até 120 dias.....	186	139
121 até 180 dias.....	361	92
acima de 181 dias.....	358	109
Total	2.908	2.452

18 Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

Provisões Judiciais

A investida Rio Grande Seguros e Previdência é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referente às causas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Nas provisões judiciais fiscais existem 9 processos, sendo 8 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 1.800 (R\$ 1.626 em 31/12/2017) e 1 processo com probabilidade provável, cujo valor provisionado e estimado do risco é de R\$ 40 (R\$ 33 em 31/12/2017).

Nas provisões judiciais cíveis existem 27 processos, sendo: 22 processos, tendo como principais causas, discussão de sinistros recusados, todos com probabilidade possível, com valor estimado do risco em R\$ 575; 2 com probabilidade remota, com valor estimado do risco em R\$ 0 (R\$ 36 em 31/12/2017) e 3 processos com probabilidade provável, com valor estimado do risco em R\$

50 (R\$ 38 em 31/12/2017), que são apresentados na provisão de sinistros a liquidar, na rubrica “Provisões Técnicas – Seguros” (nota 11).

Nas provisões judiciais trabalhistas existem 2 processos (ex-funcionária de um prestador de serviço) com probabilidade de perda possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 226 (R\$ 100 em 31/12/2017).

Outras contas a pagar - obrigações fiscais

As obrigações fiscais são registradas no passivo não circulante na rubrica Outras Contas a Pagar e são compostas como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2018
Contribuição social	7.958	10.334	1.156	19.448	16.487	1.322	37.257
COFINS	2.235	990	212	3.437	1.000	202	4.639
PIS	363	161	34	558	163	33	754
Total	10.556	11.485	1.402	23.443	17.650	1.557	42.650

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Provável	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 33.437	R\$ 17.268	R\$ 37.257	R\$ 19.448
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	6473, sendo R\$ 5.568 COFINS, e R\$ 905 PIS	R\$ 5.012, sendo R\$ 4.311 COFINS, e R\$ 701 PIS	R\$ 5.393, sendo R\$ 4.639 COFINS, e R\$ 754 PIS	R\$ 3.995, sendo R\$ 3.437 COFINS, e R\$ 558 PIS
CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life.	Possível	Aguardando decisão do STF e STJ	R\$ 718	R\$ 699	-	-

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante, sendo o total de provisões Cíveis no valor de R\$ 138 e as provisões Fiscais no valor de R\$ 40.769.

Segue abaixo, a movimentação dos Depósitos Judiciais Fiscais:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2018
Contribuição social	7.539	8.698	1.031	17.268	14.449	1.720	33.437
COFINS	1.251	2.336	822	4.409	1.010	251	5.670
PIS	188	380	133	701	164	40	905
CPMF	669	-	30	699	-	19	718
Outros	36	-	2	38	-	1	39
Total	9.683	11.414	2.018	23.115	15.623	2.031	40.769

19 Patrimônio líquido

O capital subscrito e integralizado de R\$ 91.024 (R\$ 71.024 em 31/12/2017) é representado por 88.777.773 (68.877.773 em 31/12/2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de agosto de 2018 foi aprovado aumento de capital de R\$ 20.000 com emissões de 20.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As Reservas de Lucros de R\$ 74.093 (R\$ 68.608 em 31/12/2017) são compostas por:

Reserva Legal de R\$ 10.510 (R\$ 6.454 em 31/12/2017) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 58.117 (R\$ 45.049 em 31/12/2017) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

Dividendo Adicional Proposto de R\$ 5.466 (R\$ 17.105 em 31/12/2017) referente à dividendo complementar.

Conforme disposição estatutária, a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 38.534 (R\$ 17.894 em 31/12/2017), sendo deduzido o dividendo intermediário, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de agosto 2018 e pago com recursos da reserva estatutária no valor de R\$ 10.000 (R\$ 10.000 em 31/12/2017) referente à 50% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal.

20 Partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas seguem abaixo:

Companhia

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Ativo			Despesas Administrativas	(504)	(504)
Dividendos a Receber	8.801	18.135	Administradores (Outros) [b]....	(504)	(504)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) [a].....	8.729	18.135			
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) [a].....	72	-			
Passivo					
Dividendos a Pagar	(28.534)	(17.894)			
Icatu Seguros S.A. (Controladora) [a].....	(14.267)	(8.947)			
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Controladora) [a].....	(14.267)	(8.947)			
Total (Ativo - Passivos).....	(19.733)	241	Total Despesas.....	(504)	(504)

Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Consolidado

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Ativo			Receitas	211.546	254.025
Contas a Receber	15.729	21.476	Icatu Seguros S/A (Controladora) [b].....	191.038	241.805
Icatu Seguros S.A. (Controladora) [b].....	14.280	18.365	Icatu Capitalização S.A.(Ligada) [d].....	20.508	12.220
Icatu Capitalização S.A.(Ligada) [d].....	1.347	2.718			
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros) [a]...	102	393			
Passivo			Despesas	(178.133)	(211.002)
Contas a Pagar	(41.206)	(34.404)	Icatu Seguros S.A. (Controladora) [b].....	(96.855)	(166.698)
Icatu Seguros S.A. (Controladora) [b].....	(7.192)	(12.658)	Icatu Capitalização S.A.(Ligada) [d].....	(27.344)	(16.294)
Icatu Seguros S.A. (Controladora) [e].....	(14.270)	(8.949)	Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) [c].....	(53.430)	(27.506)
Banco do Estado de Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) [e].....	(14.264)	(8.945)	Administradores (Outros) [f].....	(504)	(504)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros) [a]...	(281)	(371)			
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) [c].....	(5.199)	(3.481)			
Total (Ativo - Passivos).....	(25.477)	(12.928)	Total (Receitas - Despesas).....	33.413	43.023

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar";
- (b) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- (c) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- (d) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais";
- (e) Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados.
- (f) Refere-se ao montante global da remuneração dos Administradores definido na Assembleia Geral Ordinária.

21 Principais ramos de atuação

Os principais ramos de atuação estão assim compostos:

Ramo	31/12/2018			31/12/2017		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	Comissionamento	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	Comissionamento
Vida em Grupo.....	193.474	13,7%	33,9%	166.216	10,9%	31,8%
Prestamistas.....	235.237	14,4%	33,8%	192.651	28,3%	32,7%
DPVAT.....	22.011	81,2%	1,2%	24.688	84,4%	1,2%
Acidentes Pessoais.....	60.862	13,9%	35,1%	47.162	13,0%	36,5%
Demais Ramos.....	5.952	16,1%	23,0%	2.453	40,3%	31,2%
Total	517.536			433.170		

22 Detalhamento de contas da demonstração do resultado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sinistros Ocorridos	(87.600)	(100.700)
Indenizações Avisadas.....	(69.725)	(50.949)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(12.976)	(14.475)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	1.003	(28.461)
Despesas com Sinistros.....	(5.573)	(6.392)
Outras Despesas com Sinistros.....	(329)	(423)
Custos de Aquisição	(168.125)	(133.985)
Comissões sobre Prêmio Retido.....	(8.575)	(6.232)
Outras Despesas de Comercialização.....	(184.091)	(153.511)
Variação Comissões Diferidas.....	24.541	25.758
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(12.372)	(10.903)
Despesas DPVAT.....	(2.464)	(2.634)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos.....	69	(69)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(2.955)	(4.030)
Despesas c/ Operações Seguros	(7.022)	(4.170)
Despesas Administrativas	(102.833)	(82.392)
Pessoal Próprio.....	(671)	(667)
Serviços de Terceiros.....	(88.903)	(71.961)
Localização e Funcionamento.....	(4.447)	(3.583)
Publicidade e Propaganda.....	(4.853)	(3.316)
Convênio DPVAT.....	(2.652)	(1.689)
Outras Despesas Administrativas.....	(1.307)	(1.176)
Despesas com Tributos	(23.075)	(19.217)
Impostos.....	(297)	(108)
COFINS.....	(19.058)	(16.161)
PIS.....	(3.097)	(2.626)
Taxa de Fiscalização.....	(623)	(322)
Resultado Financeiro	20.253	19.924
Receitas Financeiras.....	55.699	32.308
<i>Categoria - Valor Justo por meio do Resultado</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	35.217	12.892
Títulos de Renda Fixa.....	630	619
<i>Categoria - Disponível para Venda</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	11.977	8.974
Convênio DPVAT.....	5.605	7.142
Outras Receitas Financeiras.....	2.270	2.681
Despesas Financeiras	(35.446)	(12.384)
<i>Categoria - Disponível para Venda.....</i>		
Quotas de fundos de investimentos - Exclusivos.....	(874)	-
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência.....	(4.765)	(884)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros.....	(29.613)	(11.313)
Outras Despesas Financeiras.....	(194)	(187)

23 Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	149.177	149.177	108.261	108.261
Adições	2.907	2.907	2.547	2.547
Adição Permanente.....	180	180	22	22
Doações e Patrocínios Inedutíveis.....	1.173	1.173	959	959
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais.....	6	6	6	6
Outras Provisões.....	150	150	163	163
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa.....	1.398	1.398	1.397	1.397
Exclusões	(2.524)	(2.524)	(2.158)	(2.158)
Outras Provisões.....	(315)	(315)	(134)	(134)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial.....	(2.038)	(2.038)	(2.017)	(2.017)
Dividendos	(171)	(171)	(7)	(7)
Resultado Ajustado	149.560	149.560	108.650	108.650
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa.....	-	-	(15.201)	(15.210)
Lucro após as Compensações	149.560	149.560	93.449	93.440
Alíquotas Oficiais.....	15% + 10%	20%	15% + 10%	20%
Despesas com IRPJ/CSLL.....	(37.487)	(30.025)	(23.464)	(18.789)
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários.....	(200)	(192)	(3.947)	(3.137)
Atualização Processo Judicial CSLL.....	-	(1.322)	-	(1.156)
Despesas com IRPJ/CSLL	(36.514)	(31.539)	(26.452)	(23.082)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24,5%	21,1%	14,42%	10,97%

24 Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31/12/2018 da Icatu Seguros.

* * *

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 14.159.197/0001-10

Conselho de Administração

Presidente
Luiz Gonzaga Veras Mota

Conselheiros
Luciano Snel Corrêa
Ademar Schardong
Fernando Zingano

Diretoria
Diretor Presidente
César Luiz Salazar Saut

Diretores
Marcio de Moraes Palmeira
Suzana Flores Cogo

Contador
Marcos Célio Santos Nogueira
CRC-RJ nº 089.351/O-8

Atuário
Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394